



ATA DA 158ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 21/05/2014, sob a presidência do Senhor Secretário Wanderley Meira do Nascimento, realizou-se a 158ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 157ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia

1. Discussão e Votação do **Parecer Técnico nº 002/CADES/2014**, da Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transporte que analisou o **Estudo de Impacto Ambiental do Corredor Capão Redondo / Campo Limpo / Vila Sônia**, pelo presidente José Carlos Andersen, conselheiro representante da Secretaria Municipal de Transportes no CADES.

Anexos:

- Ata da 157ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Parecer Técnico nº 002/CADES/2014 referente ao Estudo de Impacto Ambiental do Corredor Capão Redondo / Campo Limpo / Vila Sônia.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia a todos. Senhores Conselheiros, Conselheiras, por gentileza, queiram adentrar e tomar os seus respectivos assentos.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Bom dia a todos e a todas. Vamos para mais uma reunião, a 158ª reunião Plenária Ordinária do CADES, e que vocês tenham um bom trabalho. Vou dar só dois informes, que eu acho importante. Primeiro que nós estamos retomando o Comitê das Mudanças Climáticas na cidade de São Paulo. É um Comitê de fundamental importância, e que a gente pretende que esse Comitê não fique no âmbito do governo, no âmbito da Secretaria. Eu estava falando para o Damasceno, agora há pouco, para que o Damasceno me ajude em como que a gente vai estruturar esse Comitê para fora da Secretaria. Ou seja, que ele seja o mais aberto possível, e que ele seja mais um fórum de debate para a cidade de São Paulo. Talvez programar uma série de debates, de seminários, e que ele seja o mais transparente, o mais aberto, o mais participativo possível. Uma coisa é a lei dizendo que a prefeitura tem que criar o Comitê e que ele seja para a sociedade. Eu espero também a colaboração de todos, nesse sentido para que divulguem, e que participem efetivamente desse Comitê, pela envergadura, pela importância, sobretudo agora, neste momento, que a natureza clama. E ela já está dando sinais a cada dia para a gente leve mais a sério essa questão. O outro informe, mais para vocês participarem, que no dia 4 de julho, a gente inicia um projeto na Secretaria, que estamos chamando de Cinema no Parque. E ele inicia com o primeiro filme no Cine Olido, no dia 4, às 19h30. A ideia é que sempre tenha um filme, que tenha a ver com a questão ambiental, com a área de educação ambiental. No dia 4, é sobre o lixo, que é o Stress. Ele é uma produção bastante interessante. E sempre após a filmagem, abre-se um debate. Então ficam todos aqui convidados para o dia 4, no Cine Olido. Bom trabalho a todos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia a todos os conselheiros e conselheiras. Dentro do que o Secretário falou, no primeiro item, os interessados poderão, após a reunião, fornecer o nome para a Ocleres, por gentileza. Dando sequência à 158ª Reunião Plenária Ordinária, dia 21 de maio, 4ª feira, 9h30. Vamos ao expediente: discussão e votação da ata da 157ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Algum conselheiro / conselheira quer se manifestar? Estando todos de acordo, permaneça como estão. **A Ata da 157ª Reunião Plenária Ordinária do CADES esta aprovada.** Antes da sugestão para inclusão de pauta, eu gostaria de esclarecer o seguinte: que os representantes do CADES no CONFEMA são os Conselheiros Alessandro Azzoni como titular e o Ivo Carlos como suplente. E que o pedido da conselheira Cristina sobre o estudo de solo, nós convidamos a Cetesb, mas infelizmente a pessoa convidada não tinha como vir hoje. Eles prometeram que para a próxima reunião, estarão presentes para dar todos os



esclarecimentos à Conselheira. Passando ao expediente, sugestão para inclusão de pauta desta reunião: algum conselheiro ou conselheira? Vamos à ordem do dia. O senhor quer falar?

Cons. Carlos Cavalcanti: Bom dia. Carlos Cavalcanti de Araújo, DEPAVE. Na última reunião, houve um participante que nos questionou sobre o Parque da Conquista, que estava abandonado, a deus-dará, e nós fomos naquele mesmo dia, fizemos uma vistoria. De fato, o entorno do Parque está muito abandonado, porque uma parcela, ali, da comunidade, basicamente um pessoal de bandidagem..., E apesar de ter vigilância, o parque tem manejo, tem vigilância, e nós estamos fazendo uma interferência. Dentro do parque, e roubaram uma série de alambrados dos morrões, e aquilo ali já se tornou um problema social muito grande, porque foi invadido e hoje é um cemitério de carcaças de automóveis. Nós estivemos lá junto com a GCM. Muito perto também, tem uma base da Polícia Militar. E nós estamos tomando algumas providências sérias junto à comunidade, junto a esses grupos de delinquentes, para se restaurar esse parque. Nós estivemos juntos, inclusive sobrevoamos a área junto com o Secretário, e foi detectado a gravidade do assunto. E as providências estão sendo tomadas. Mas são providências difíceis de se resolver. É difícil resolver esse assunto a curto prazo. A gente espera que a médio prazo, a gente restabeleça a ordem nesse Parque. Ele tem administrador, tem tudo. Porém o entorno é muito difícil. Então eu gostaria só de transmitir para vocês porque nós fomos questionados na última reunião, e as providências estão sendo tomadas. Pois não.

Cons. Cristina Antunes: Carlos, eu quero dar os parabéns. Porque esse problema, realmente, vem se arrastando há muito tempo. E a gente fica muito frustrada a cada nova gestão, que realmente não toma providências. Eu acho que a situação que está hoje, poderia ter sido evitada se providências tivessem sido tomadas anteriormente. Então, eu estou dando os parabéns. Eu acho que a gente tem que apoiar totalmente o seu esforço, torcer para que todas essas providências, realmente, sejam eficazes, e vamos divulgar isso lá na nossa comunidade, também.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu agradeço. É nossa obrigação. Muito obrigado. Pois não?

Cons. Ivo: Ivo, Leste 1. Essa região, eu conheço de perto. Essa região é uma região de extrema violência. Sendo da supervisão de saúde de Itaquera, nós tivemos que colocar, no Conquista, na UBS AMA, a GCM, porque o índice de bandidagem é muito grande. Nós temos duas regiões críticas em bandidagem aqui em São Paulo. Uma na sul, e infelizmente, Conquista é lá no cantão. E tudo de ruim ali acontece. A colocação sua, é pertinente. Mas o difícil é o controle daquele pessoal. Porque é muita bandidagem mesmo. A gente convive, eu conheço muita gente lá. A



gente participa de algumas ações lá. E como Leste 1, no que puder estar apoiando as ações aqui da Secretaria, eu estou às ordens.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu queria fazer uma observação rápida. Vocês perceberam que sempre eu uso este fórum aqui para dar alguma informação, observação, pela importância dele e pela representatividade de vocês, na sociedade. Este item que acabamos de ouvir agora, na verdade, o Cavalcanti deve ter ficado um pouco nervoso, e meio atônito, para falar. Porque na verdade, não é o crime que está lá, só, desorganizado. É o crime organizado. Não vamos citar aqui siglas, mas é o crime organizado. Eu acho que se não tomarmos providências o mais rápido possível, São Paulo começa a parecer alguma coisa como o Rio de Janeiro. E é por isso que a gente tomou essa iniciativa de fazer esse programa, Cinema nos Parques. Quer dizer, vai ter uma série de outros. Eu também fui na Subprefeitura de Itaim, e o Itaim vive o mesmo problema. Lá tem 8 ou 12 parques, e 3 ou 4 também, tomados por esse pessoal organizado. E a população, cerca de 850 pessoas na reunião, e uma das demandas era essa: que a prefeitura tomasse providências no sentido de ocupar o Parque. Ou seja, levar atividades para os parques. Você percebe a tamanha gravidade, que não se fala mais nem em manutenção. Se fala em ocupar o Parque. Se fala em levar atividades. Então a gente está tomando uma série de medidas nesse sentido para poder dar conta e resolver parcialmente. Mas isso, por si só, eu acho que não será o suficiente. Até porque, em especial, no Parque da Conquista, para minha surpresa, existe um Posto da Polícia Militar a 150 metros. Não é uma Guarda Móvel. É um posto. Isso, fica nítido. Acho que tem que se tomar uma medida aí também, não só no âmbito do município, mas também do estado. O Secretário Porto da SMSU já foi comunicado, e ele está fazendo tratativas com a PM, para que se faça uma ação conjunta lá também, nesse sentido. Mas é grave a situação. E aí eu pediria que vocês também refletissem um pouco, até porque este fórum é importante pela representatividade e a massa crítica dele. Eu acho que a gente poderia também refletir. Eu não tenho bola de cristal, não tenho uma posição muito firme em relação a isso. Mas quando as pessoas me perguntam do que eu acho, enquanto Secretário, de abrir os parques a noite inteira, eu faço uma outra pergunta: quem frequenta o Parque de madrugada? É a família? É a mãe empurrando um carrinho? É evidente que não, gente. Pelo amor de Deus. Uma coisa é o ideal, é a utopia. Outra coisa é o mundo real. Não tenho dúvida que na Suécia, na Holanda, é interessante, claro. E lá fica mesmo, 24 horas. Também não estou querendo fazer juízo de direito, fazer comparações negativas. Não é isso. Mas tem uma coisa chamada mundo real. Eu mesmo tomei a iniciativa de vir aqui no Parque do Ibirapuera à noite. Não é nada bom, o que a gente vê por aqui. Agora, imagina se faz a noite inteira. E tem



muito dado, também. Que é a questão da infraestrutura. A gente vai ter que, dobrar a vigilância, dobrar não, triplicar. Porque à noite, você paga adicional noturno. E depois, você tem toda a manutenção do Parque, que não dá conta nem durante o dia, que já está complicado, quanto mais virar a noite toda. Então é mais para a gente refletir. E que vocês também colaborem aí, no sentido de propor, a gente está aberto para discussão sobre esse assunto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos à ordem do dia. É apresentação pelo presidente da Câmara Técnica, José Carlos Andersen, Conselheiro representando a Secretaria Municipal de Transportes no CADES, sobre discussão e votação do Parecer Técnico 002/CADES/2014, da Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem, e Transporte, que analisou o estudo de impacto ambiental do corredor Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Sônia. José, com a palavra.

Cons. José Carlos Andersen: Bom dia a todos. Bom dia, senhor Secretário, membros da diretoria da Secretaria, demais colegas representantes do CADES. O nosso objetivo hoje, é apresentar para vocês, e colocar em votação, o Parecer Técnico nº 02/2014. É referente ao corredor de ônibus Capão Redondo, Campo Limpo, Vila Sônia. Então ele está inserido dentro do programa do PAC, do Programa de Mobilidade Urbana, e foi o último do pacote de corredores apresentados pela prefeitura, para discussão, aqui, que se desenvolveu ao longo do ano passado. É do conhecimento de todos vocês, já deveria ter sido apresentado e aprovado aqui. Não foi por problemas jurídicos. Então, eu não vou me estender muito na apresentação, porque já foi divulgado. Todos vocês já têm conhecimento. Então vamos rapidamente às considerações. Ele está inserido na região sudoeste da cidade. Ele vem desde a Estrada de Itapecerica, próximo ao terminal Capelinha, pegando a Estrada de Itapecerica, Deputado Carlos Lacerda, Estrada do Campo Limpo e Avenida Professor Francisco Morato. É uma importante ligação, pois permite essa ligação, integração com o metrô Linha 4, também. E através das intervenções, não somente com relação ao transporte coletivo de ônibus, mas também a todo o trânsito da região. São importantes ligações, muitas vezes feitas de forma precária, e este empreendimento, além de oferecer essa melhoria da qualidade do transporte coletivo, vai melhorar também a fluidez e a vazão do trânsito normal da região. Então, a cidade carece muito dessas interligações transversais de bairro. O nosso sistema viário é muito radial. E para essas regiões, carece tremendamente, dessas interligações. Então esse corredor, além da proposta dele, de transporte coletivo, permite essa característica. Então esses são os objetivos básicos previstos para os usuários do transporte coletivo, e como eu falei, também, uma melhoria no trânsito geral da região. Então a adequação do sistema viário vai possibilitar essas intervenções ao longo de toda a extensão dos corredores. E a característica básica do corredor vai ter duas pistas com três faixas, cada uma com três



metros de largura, canteiro central de cinco metros, ciclovia contornando, acompanhando toda extensão do corredor, e passeios de 2,5 metros. Nas paradas, as faixas de ônibus passam a ser de três metros, e a faixa de ultrapassagem, 3,5 metros. Bom, concluindo, eu acho que qualquer técnico em transporte é unânime em considerar que a priorização do transporte coletivo é a maior prioridade para se oferecer em termos de mobilidade, para uma cidade. A questão dessa opção, desse meio de transporte, pelas características, também, tecnicamente, é mais adequada. O que nós avaliamos aqui, foi como implantar esse corredor. Como a gente possibilitar, como a gente exigir o mínimo de impacto ambiental, social, economicamente possível na região afetada, segundo uma série de exigências que eu vou relatar rapidamente aqui, para vocês. A Câmara Técnica recomenda a aprovação deste empreendimento, desde que sejam cumpridas as exigências a seguir: então como ele passa por áreas de mananciais e próximas a este, então se pede uma anuência da Cetesb. Também apresentação do Projeto Executivo, canteiro de obras, a anuência da Companhia Metropolitana de São Paulo, o Metrô, porque o empreendimento vai fazer interligação com a Linha 4 desta companhia, a anuência da SIURB, com relação aos piscinões, ao piscinão do Sharp, manifestação das subprefeituras abrangidas por esse empreendimento, Campo Limpo e Butantã. Quando aparecerem ou fizerem alguma interferência em terminais de ônibus, eles vão ser tratados especificamente. Apresentar a manifestação também da Comissão da Proteção da Paisagem Urbana, também a manifestação da CAIEPS/CTLU. Manifestação também... avaliação da CAIEPS sobre as zonas de interesses sociais, a ZEIS, manifestação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e manifestação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, SMDU, e a São Paulo Urbanismo. Plano de ataque de obras, toda a estrutura, estratégia da organização dessas obras, e manifestação do CONVIAS também, do uso do sistema viário da região. As disposições das leis existentes municipais, o plano de relocação de interferências de modo a mitigar os impactos da rede de infraestrutura urbana. Manifestação da Secretaria Municipal de Transportes, e o desenvolvimento de um estudo de tráfego considerando toda essa reestruturação de ônibus. Quer dizer, a expectativa nossa, como foi apresentado aqui, o projeto tem toda essa vocação de apresentação da melhoria. Só que a Comissão propõe que seja feito um estudo para ficar, efetivamente, comprovado, simplesmente, no processo que analisa isso. As questões dos impactos ambientais gerados e as medidas mitigadoras para as vias do entorno. Qualquer obra envolvendo o sistema viário é um transtorno, é um impacto. Então quanto mais analisado, quanto mais previsto isso, e estudado, tanto melhor para a redução desses impactos. O plano de desvio também tem a ver com essa questão informada agora. Então, a existência de interferências nas faixas já existentes, e outra vez, a manifestação das empresas representantes do transporte coletivo na região metropolitana. Os tipos de ônibus a serem utilizados e as questões dos estudos de demanda e capacidade, e o suporte da frota para atender



o que vai ser pretendido por aí. A questão dos estudos para verificar também a redução ou incremento da emissão de gases, e também a melhoria e o cálculo da melhoria da velocidade média proposta. Questão da informação da política de melhoria de emissão desenvolvida pela SPTrans, desenvolvimento de novos motores, plano de segurança viária é extremamente importante também, vai se modificar o sistema de acesso, de circulação para os usuários, e é importante o desenvolvimento desse plano de segurança viária. As linhas que vão trafegar pelo corredor, e todo o sistema de mudança que vai ocorrer com relação a essas interferências com terminais, passagens, paradas e estações de transferência. Quanto ao meio físico, melhorar a apresentação da localização do empreendimento, localizando todos os cursos d'água existentes. Também a sobreposição do traçado do empreendimento com a identificação dos pontos de alagamento e inundação existentes. Essa linha corre uma boa parte dela, paralela ao Córrego Pirajussara com constantes alagamentos. Então a preocupação de que esse empreendimento não venha a sofrer possíveis interrupções quando na época de chuvas. Projeto de drenagem, referente a isso também, e os órgãos envolvidos, que fazem referência à gestão dos cursos d'água na região metropolitana. Mais uma vez, manifestação da SIURB com relação às galerias existentes. Medição de ruído e vibração, controle do ruído durante a fase de obras, e o previsto para depois delas concluídas, qualidade do ar, mesmo procedimento. Estudo de pesquisas de origem e destino também para se verificar a questão de migração de usuários de automóveis para o modal de ônibus. O plano executivo de ataque de obras, cronograma físico-financeiro para o desenvolvimento das obras e intervenções. A obra poderá ser feita por trechos. Então a organização dessa obra é importante também, para a sobrevida e o acompanhamento. Materiais, volumes, insumos, relativos a obras, canteiros de obras, tal, é importante também. Está sendo solicitado. O programa, o projeto de gerenciamento de resíduos sólidos e além de cumprir a legislação municipal existente, é uma preocupação bastante grande também para saber o que vai ser feito com esses resíduos. Então o plano básico ambiental, com todos esses programas desenvolvidos e detalhados, áreas contaminadas também é a nossa preocupação, uma vez que ela vai interferir, vai fazer desapropriação de áreas já identificadas, ou haver então, é importante um mapeamento e uma consideração de tudo isso. Os imóveis em tratamento à parte imobiliária que será desapropriada. Avaliação ambiental também, com relação a essa questão, vinculando desapropriações e áreas potencialmente contaminadas. Há todas as legislações relativas a isso, e uma gestão juntamente com a Cetesb. Solo e águas subterrâneas também. Há com relação aos reassentamentos, é outra grande preocupação nossa, e provavelmente, é o maior impacto que existe dentro desses empreendimentos, então nós temos um rigor e um cuidado bastante grande com esse aspecto. Então a questão de... Também, áreas contaminadas, versus desapropriação ou remanejamento de população, a preocupação dos terrenos escolhidos para o desenvolvimento



de residência, que não tenham essa interferência de contaminação de solo. Plano de contingência para áreas contaminadas. E agora vem a parte do socioeconômico, com relação à preocupação específica com relação a desapropriações e remanejamento de população. Há também a autorização do IPHAN, com relação ao patrimônio arqueológico. As desapropriações, informando também se serão totais ou parciais. Todos os decretos relativos às áreas desapropriadas. Diagnóstico com o cadastramento das famílias atingidas. Plano de acompanhamento e desenvolvimento comunitário para ser desenvolvido em 12 meses após o reassentamento das populações. Manifestação da Secretaria de Habitação. A equipe que será responsável por essas desapropriações. Os decretos de interesse social dentro dessas áreas. O grupo executivo de melhoramentos cicloviários. A visão deles com relação ao projeto cicloviário. Manifestação da Comissão Permanente de Acessibilidade, CPA. Travessias semaforizadas sonoras, com elementos sonoros e talvez passarelas, dentro do plano de segurança e acessibilidade. Estudos de viabilidade econômico, com a RP dos responsáveis. Meio biótico, com relação a todo impacto que vai acontecer com ave e fauna, e as bacias hidrográficas existentes. Verificar as APPs existentes, proposta de compensação ambiental criando novas praças, manifestação do departamento de gestão do patrimônio imobiliário, DGPI. Refazer e reapresentar estudo de ave e fauna. A questão da fração de compensações ambientais de 0,5% do valor de referência do empreendimento. Programa de arborização e ajardinamento. Acompanhamento, implantação e verificação do que foi desenvolvido. Programa de educação ambiental, programa de afugentamento e resgate da ave e fauna, programas referentes ao meio biótico, contendo responsável, a fonte do recurso. Na verdade, é isso, e as restrições estão aqui. É o que nós tínhamos a apresentar. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, José. Conselheiros ou Conselheiras que queiram a palavra, por gentileza, queiram se manifestar. Cristina, por gentileza.

Cons. Cristina Antunes: Eu aprendi muita coisa aqui no CADES. E uma das coisas que eu aprendi, com relação, especificamente a essa aprovação da licença prévia é que todas as exigências são absolutamente pertinentes. A Câmara Técnica trabalha com profissionalismo espantoso. Porque é um trabalho intenso e detalhado. E produz sempre, dos que eu já tive o privilégio de acompanhar, produz documentos muito consistentes. O problema vem depois. O problema vem do cumprimento dessas exigências. Porque têm algumas exigências que se a gente for olhar bem, são muito difíceis de serem cumpridas. Só para dar alguns exemplos, tem a questão do momento. Zé, eu queria saber se tem uma previsão de em que momento, cada uma dessas exigências tem que ser atendida? Porque supostamente, eles têm que apresentar... têm que cumprir exigências antes de conseguir uma próxima licença, estou certa, ou não?



Cons. José Carlos Andersen: É. Está certa em aqui no parecer técnico, nós já colocamos aquelas exigências que estão na fase de LAP, o Licenciamento Ambiental Prévio, e da LAI, Licença Ambiental de Instalação. Então já está especificado aqui as exigências em cada um desses momentos.

Cons. Cristina Antunes: Têm uma série de exigências aqui, que eu marquei do item 2 em diante. Têm uma série de documentos que eles têm que conseguir que são basicamente nas Secretarias. Eu imagino que cada Secretaria demande um tempo para fazer também a sua própria análise e apresentar essa manifestação. Eu tomo como referência a LAP que a gente produziu para o monotrilha. Uma das alegações do empreendedor para não conseguir apresentar esses documentos justamente são os prazos que as secretarias demandam para isso. Só que chega uma hora, a obra tem que andar. Então uma coisa atropela a outra. Pode até ser justificável. Só que o empreendedor, na verdade, fica com muita liberdade de escolher a que horas ele vai apresentar, para esta Secretaria, as respostas que esse relatório exige. A questão, por exemplo, de desapropriações, toma um tempo enorme. O projeto é maravilhoso, não é Zeca? Quer dizer, se realmente fizerem tudo isso que está no projeto, vai revolucionar aquela região. Isso vai custar desapropriações. Enquanto não tiver as desapropriações e o decreto da desapropriação, eles não poderiam começar a fazer nada. Certo? Então nós temos aí um horizonte de tempo que a gente sabe que é longo, que está distante, porque tem etapas a serem cumpridas, que impediriam até o início das obras. Porque é um projeto completo. Não adianta ele começar um projeto se não sabe se lá adiante, em um pedaço da Vila Sônia eles não vão conseguir fazer desapropriações. Ou se vai ter questionamento judicial com relação às desapropriações. Outra questão são com relação a solo contaminado, Zeca. Obviamente, existe solo contaminado. Não tem lugar na cidade que não tenha solo contaminado. Aqui fala que eles vão precisar dar um relatório, identificar essas áreas contaminadas. Mas aí, vão fazer o quê com essas áreas contaminadas? Porque a gente vê em outros tipos de empreendimentos, por exemplo, edifícios. O empreendedor é obrigado a identificar se o solo está contaminado, mas não tem nenhuma exigência com relação à remediação de solo, nem prazo para remediação. Então, neste caso aqui, eles vão apresentar. Até porque tem um relatório da Cetesb que diz todas as áreas contaminadas da cidade. Não sei se está autorizado ou não, tanto que aqui exige um plano de contingência no caso de localizar novas áreas contaminadas. Se pode localizar novas áreas, é porque elas não estão catalogadas, ainda, na relação da Cetesb. E surpresas, a gente sabe que existem. A Linha 5 encontrou um sítio arqueológico no Largo 13. São surpresas de obras. Então o que me parece sempre é que todo esse esforço da Câmara Técnica para produzir um documento consistente que garanta qualidade, que garanta segurança para os moradores das regiões afetadas, acabam perdendo a força



porque o empreendedor não tem prazo determinado para apresentar as respostas, as solicitações. E eu tenho visto isso tanto na Linha 5, como na Linha Ouro, que acontece que eles justificam: não, mas a obra tem que andar então a gente vai tocando isso. Daqui a pouco, a gente consegue. É uma questão, por exemplo, da ave e fauna. O estudo de ave e fauna é muito complexo. As providências prévias para eliminar o impacto no item ave e fauna, acabam não acontecendo. Primeiro porque o mapeamento da ave e fauna é muito difícil. Segundo, porque não tem o que fazer com aqueles seres que vão ser afetados. Quando você fala em manifestações, imagino, as manifestações que são solicitadas, são manifestações técnicas, que têm que ser produzidas previamente. Não são. Os empreendedores alegam que: não, isso aqui só vai ser necessário em tal momento da obra. Esse tal momento da obra não está especificado nas exigências. E a questão que me incomoda mais, sempre, é como é feita a fiscalização do cumprimento dessas exigências. Eu sei que isso aqui tem sido um assunto recorrente. Eu estou sendo até chata de voltar nesse assunto. Mas é absolutamente real. A gente não tem... A Secretaria não tem condições até hoje, isso é confirmado, de fazer acompanhamento do cumprimento das exigências. Então outra vez vou retomar uma sugestão da Cristina, da OAB que não está aqui hoje, mas que propôs isso, já, há muitas reuniões atrás, para que se crie um grupo de acompanhamento dessas exigências. Porque senão, realmente, esse esforço todo acaba caindo no vazio.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cruz, por gentileza, a palavra.

Cons. José Antônio Cruz: José Antônio Cruz, DECONT, Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Onde diz que o empreendedor é que fica à vontade para fazer as obrigações, não é bem assim. As obrigações são determinadas pelo grupo de estudo. Tanto pela Secretaria, se envolveu o trânsito, e outras Secretarias envolvidas. E ela sim, é que dita o trâmite do empreendedor. E tem prazo para ser seguido, quando essas obrigações existem. Então não dá para deixar, por exemplo, ave e fauna para quando está instalado, no caso dos estudos. Então esse estudo é... Esse fluxo é respeitado. Algum ou outro que pode ser feito concomitante, tudo bem. Mas não postergado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, o Secretário.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu acho que o Cruz, ele explicou em parte. Não há essa possibilidade em momento algum do trâmite dos processos. Até porque ou você faz o licenciamento, ou não faz. E não fazendo, não terá obra. Eu quero que alguém aponte alguma obra na cidade de São Paulo que esteja sendo iniciada sem licenciamento. Se tiver, que me falem. Por favor, me indique isso. E eu aqui, falo tanto pela Secretaria, mas também posso falar



um pouco da Cetesb, também, porque eu sei que lá também é assim que funciona. Agora, no que diz respeito às contrapartidas, eu não vou aqui tecer considerações nem citar nomes, mas pelo pouco tempo que eu estou de secretaria, eu percebo que as contrapartidas, elas são um pouco empurradas com a barriga, principalmente pelas autarquias e poder público constituído, quando ele aprova os projetos. Isso foi o que eu me deparei no dia a dia da Secretaria. Tem contrapartida do Rodoanel Sul que não foi realizada ainda. E aí cabe aqui uma observação para este fórum, que eu, quando sobrevoei, e eu fiz questão de sobrevoar a área do Rodoanel Norte, eu queria aqui, fazer uma observação e se há essa possibilidade: a impressão que eu tive lá no Rodoanel, claro, é um canteiro de obras. Mas é um canteiro de obras... Não é um canteiro de obras qualquer. É um canteiro de obras na borda da Cantareira. É um canteiro de obras que tem uma intervenção importante, e a gente sabe o que está acontecendo a montante da Cantareira. O problema de água que está vivendo, esse momento. Já existem alguns estudos não conclusivos, que falam a respeito do desmatamento da Cantareira como uma das causas do que está acontecendo na questão da água. Eu queria fazer uma observação: eu vou fazer um pedido por conta da Secretaria. Não sei se eu vou ter amparo legal. Mas eu gostaria que a contrapartida da Dersa no Rodoanel Norte, ela fosse concomitante à execução da obra. Porque a impressão que eu tive sobrevoando, é uma impressão de terra arrasada. Era país em guerra. Porque não sei se os senhores sabem, mas há montante... também tem muita ocupação. Essas ocupações, na grande maioria por um lado é interessante, porque está deixando a área livre, mas por outro, parece uma guerra. E não são barracos. São residências de alvenaria, que estão sendo demolidas. Muita demolição. A impressão que tem é que houve uma guerra ali. Agora, eu gostaria que o compromisso ou a contrapartida fosse concomitante. Eu sei que é difícil fazer isso. Mas se for por etapa de obra, não é difícil. O que eu quero dizer é assim: fez 5 km de rodovia, imediatamente comece a contrapartida nesses 5 km já executados. Sobretudo, da gente começar a ter esse desmatamento, até natural, subindo a borda da Cantareira. Então isso sim, foi importante a fala aqui do membro do Conselho, da Cristina, que é importante que a população acompanhe sim, e fiscalize essas contrapartidas. E exige que sejam feitas, de fato, efetivamente, isso sim. Em relação às áreas contaminadas fora, a Cetesb tem sim, um inventário de áreas contaminadas. É claro que esse inventário não pode ser alimentado diariamente. Porque as áreas podem ser contaminadas do dia para a noite. Que pode por um acidente, ou um vazamento ou coisa que o valha. Nós também, na Secretaria, estamos fazendo também o nosso inventário, agora. E ele vai ser disponibilizado online. Assim que a Prodan terminar, se eu não me engano, deve estar terminando, já. E vocês todos vão poder acessar também esse inventário, que é um inventário nosso, com o cruzamento da Cetesb. Até porque, no passado, ocorreram obras que foram executadas, e depois que se verificou da contaminação. E evidente que uma série de pessoas



perguntavam: mas não é possível obter o alvará e depois entrar com a descontaminação? Isso é uma piada, porque se a (incompreensível) de contaminação indicava a remediação, como é que você vai remediar o solo de um prédio já pronto? Não existe isso. Não há a menor possibilidade. Se por acaso essa obra foi executada sobre área contaminada, ou por descuido, ou porque não foi detectada na época do alvará, a contaminação, sinto muito. Ela será notificada, será multada, então vai tomar as medidas cabíveis. Se for o caso, vai ter que demolir porque, ou não tomou a medida no momento adequado, ou não acompanhou, ou fingiu que não viu. Então o problema não é do órgão público. Esse assunto não é o problema, neste caso. Mas, contudo, é obrigação nossa notificar e tomar todas as medidas cabíveis. Em relação à ave e fauna, vai mais também aqui, uma observação, e uma informação, vocês vão pasmar, e eu também fiquei. O prédio nosso, do hospital de ave e fauna, pela Secretaria, ele está pronto, era só por em funcionamento. A Cetesb não consegue levar água até lá. E também diz que, por ser um hospital, não posso usar água de poço. Então é isso. Gostaríamos de ter inaugurado agora, no meio do ano. O prédio está pronto. Então a gente não sabe mais nem o que fazer. Porque economicamente é inviável, tem que levar uma rede, é distante. Mas este hospital, é uma pena, porque na verdade, ele foi concebido, inclusive, com o intuito para resolver o problema de mitigação e de amparar a ave e fauna, inclusive, do Rodoanel, que é muito próximo. Então qualquer acidente, rapidamente, iria dar este hospital. Mas infelizmente, estamos com esse problema aí, prático. Vou passar aqui, agora, para o José Carlos.

Cons. Alessandro Azzoni: Alessandro Azzoni, da Associação Comercial. Só respondendo uma pergunta da Cristina, todas as licenças ambientais, quando nós aprovamos o relatório dentro da Câmara Técnica, ela vem com prazo de validade. Ou seja, essa licença tem um prazo de dois anos. Se o empreendedor não cumprir, dentro dos dois anos, as exigências, a lei perde. Ou seja, ele terá que ingressar novamente com um novo processo de licença ambiental. Ou seja, não compreende só a licença prévia. Mas a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Nesse prazo de dois anos. Então não é que está largado um prazo aberto. Ele tem dois anos para cumprir isso. Se ele não cumprir as exigências e a obra em dois anos, ele é obrigado a fazer um novo licenciamento, ainda correndo o risco da legislação ambiental ter ficado mais rígida, e ele não conseguir colocar a obra em funcionamento.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Zé pediu primeiro a palavra, depois a Cristina.

Cons. José Carlos: José Carlos da SMT. Com relação às colocações da Cristina, eu acho muito interessante. Eu entendi aonde ela quer chegar. A gente já debateu muitas vezes, em Câmaras Técnicas, e o nosso debate é sempre assim, a gente procura evoluir no aspecto de avaliação. Vocês podem comparar, por exemplo, EIA/RIMAs de dez anos atrás e os de agora. Houve uma



evolução. E houve também, uma evolução na parte da avaliação. É um instrumento que estamos progredindo, evoluindo, perante o caminho. Porque sempre estão aparecendo questões novas e tal. E o objetivo, basicamente, é fazer com que seja cumprida a legislação. O nosso debate dentro das Câmaras, é: será que todos os itens de legislação citados, exigidos, e tal, são, realmente, ambientais? Quer dizer, têm exigências que obviamente têm que ser cumpridas, mas elas são rigorosamente ambientais? Ou não é uma redundância você numerar toda legislação existente, sendo que obrigatoriamente o empreendedor terá que passar por outras instâncias? Por exemplo, a questão de impacto no trânsito, no sistema viário. É óbvio que qualquer empreendedor vai ter que pedir autorização para a SMT e CET. Ele não vai iniciar nenhuma obra na cidade sem estar com toda a questão de trânsito resolvida. O que se faz aqui é o lembrete. É uma redundância. Mas não sei se seria obrigatório fazer aqui, uma vez que, necessariamente, será feita. E assim, sucessivamente. Tem um monte de colocações, por exemplo, a questão arqueológica é ambiental? Existe uma obrigação de você ter que ter todos os órgãos. As três entidades, federais, estaduais e municipais. Mas são necessariamente ambientais as questões culturais e arqueológicas? É um debate bastante interessante. A gente repete todo início de Câmara Técnica, tenho vários companheiros aqui, de Câmara, onde a gente debate isso. Puxa, mas realmente isso aí é importante? E vai se crescendo. Então eu acho que nós estamos no momento, agora, de reflexão. Se tudo que consta aqui, realmente, efetivamente, é ambiental. E eu, particularmente, acho que a gente tem que olhar para todos os níveis, também. Eu, como representando uma secretaria do poder público, e que é o empreendedor desse empreendimento apresentado agora, a gente se colocando do lado do empreendedor, a gente fica assim, assoberbado com a quantidade de exigências existentes. Quer dizer, quem está no afã de colocar esse empreendimento, que é altamente positivo para a população, fica altamente preocupado. A Mônica, a gente teve uma série de debates também, dos empreendimentos da SIURB, e tal, e assim sucessivamente. E essas pessoas participam da Câmara Técnica, e ficam assim, assustadas, com a quantidade, o esmiuçamento das exigências e tal. Então, eu acho que uma coisa muito saudável, que foi muito bem colocada pela Cristina, é a gente iniciar mais esse debate. Aprofundar esse debate. Buscar a essência dos nossos objetivos aqui dentro dessa atividade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito. Cristina, com a palavra. Depois o Cruz.

Cons. Cristina Antunes: Eu concordo plenamente, Zeca. Eu tenho a sensação que realmente as exigências, algumas delas, são tão rigorosas, que no limite, poderiam inviabilizar o empreendimento. Agora, isso daqui reforça um pouco a minha percepção de que muitas delas acabam sendo realmente atropeladas. Eu vou pedir uma explicação. Eu não sei. Qual é o rito



completo até que o empreendedor possa começar a obra? Você pode me dizer, Zeca? Eu quero voltar depois...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só um segundinho.

José Carlos: Primeiro, seria alguém do DECONT que tem competência para isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não cortando, já cortando, é que o Cruz queria fazer, no assunto anterior, uma observação. Cruz, por gentileza.

Cons. José Antônio Cruz: Quanto à situação levantada pelo José Carlos, em relação à quantidade de exigências, e se por abranger outras áreas tipo... vou dar o exemplo do trânsito, você mesmo citou. É que na análise nossa, de repente tem um traçado que intervém em APP. Que talvez não houvesse a preocupação de quem fez esse projeto. E às vezes, por ser muito mais simples, ele faz esse trajeto, que é o melhor para ele. Um caso específico lá do hospital Parelheiros. Eles estão mudando todo o traçado, porque ia ter uma intervenção enorme em área de APP, ia ter muita desapropriação, e houve, em comum acordo, uma rota alternativa. Então esse é o motivo que a gente, às vezes, pede um parecer de outra área. Dando um exemplo só da CET. Mas sempre tem um motivo pelo qual foi exigido o estudo, ou pelo menos apresentar uma alternativa. E quanto aos prazos, existe, sim, como já foi citado, tem dois anos de cumprimento, e as obrigações pelo menos com o DECONT, quando está amarrado, tem 6 meses para eles apresentarem ou uma alternativa, que nem sempre, às vezes, as obrigações nossas são... Bateu, é esta. Certo? Mas se apresentar uma alternativa, como o Hospital de Parelheiros apresentou, era inviabilizado na primeira proposta. Mas sentou o Verde, sentou a Secretaria da Saúde, mais o pessoal do trânsito. Houve uma alternativa e viabilizou.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina, depois o Azzoni.

Cons. Cristina Antunes: Não, eu queria saber qual é o rito? Em que momento o empreendedor pode iniciar a obra. Porque o prazo de dois anos, na verdade, é a validade deste documento. Agora, o que o empreendedor pode fazer ao longo desses dois anos? Que isso determina quais dessas exigências precisam... Isso seria um marcador. Quer dizer, alguma coisa que determinasse em que momento cada uma das exigências tem que ser cumprida. Quer dizer, se a gente falar em dois anos, de repente, eles vão apresentar daqui a dois anos, mas se já puderam começar a obra, têm itens que certamente vão ficar às moscas.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Entendo. Cláudio, por gentileza, naquele microfone. Aquele lá. Por favor.



Cons. Cláudio: Bom dia. Cláudio, do Licenciamento Ambiental. É evidente que o empreendedor só vai iniciar as obras quando tiver a licença de instalação. A gente deu a LAP, provando localização e concepção do empreendimento. De todas essas exigências, setenta e poucas que foram apresentadas, a grande maioria são anuências de alguns órgãos, de entidades. Por quê? É evidente que se você vai fazer um empreendimento que vai passar em cima de uma escola, a Secretaria de Educação, seja lá qual for, tem que autorizar a passar lá. Então por isso que a gente pede essas anuências. Se o estudo, quando chegasse para a gente o projeto, já tivesse essa anuência, a gente não ia pedir nada. Então combine com (incompreensível) primeiro. Então quando não veio nada, a gente pede isso. Eu dou o exemplo agora do Radial Leste, o trecho no túnel, que vão fazer um... usar as dependências do metrô, sob a estação Dom Pedro II, e a gente pediu a anuência do metrô, que é lógico que é deles, o local. Então eles têm que autorizar. Você não vai fazer o projeto de outra (incompreensível) da prefeitura. Então grande parte das exigências são de anuências que a gente precisa. Não veio, a gente precisa. Então isso sim, na fase de LAI, quando expedirem, grande parte dessas exigências têm que estar atendidas. A gente percebe também, que muitas dessas exigências que estão lá, estão em fase de LAO. Quando a gente pergunta sobre veículos, estudo de tráfego, são coisas que não... Depende da instalação do empreendimento. Estão em fase de operação. Então a gente já prepara o empreendedor quando ele traz essas informações que nós vamos precisar. Os veículos vão ser mudados. Porque não adianta você fazer um corredor supermoderno, com toda... e trafegar carroça em cima. Então a gente se preocupa com essas coisas. Então grande parte das exigências são emissão de LAO. Então na fase de LAO, não vai atender essas exigências. Até pedir a LAO, ele vai ter que atender isso. Senão não sai LAO. Então, tem licenças que são de fase de instalação, que obrigatoriamente ele tem que apresentar agora para a gente, para ter a de instalação. Tem o de LAO, a fase de LAO, e têm as suas anuências. Outra coisa: ninguém faz um empreendimento se não tiver a desapropriação, corte de vegetação, TCA. É impossível fazer isso. Se você pega um empreendimento de 40 km, nem todo trecho vai ter desapropriação. Então por isso que a gente abre espaço para ele pedir a licença por trechos. Então tem trecho que não vai ter desapropriação. Quase não vai ter problema nenhum. Então ele pede para aquele trecho. Atende as exigências dessa LAP que são compatíveis, são aplicáveis àquele trecho, e a gente libera o trecho para ele fazer. Nós não podemos esperar um trecho... desapropriação lá no... e segurar todo o empreendimento. Então é assim que funciona a lei de raciocínio do DECONT. Com relação às áreas contaminadas, são abertos processos no GETAC, Grupo Técnico de Áreas Contaminadas do DECONT... Todas essas áreas são abertos um processo. Elas são cuidadas especialmente. Então, só vai passar o empreendimento naquele trecho, que possivelmente tem uma área com potencial contaminada, após a remediação da área. Isso não significa que a gente



segura a LAI. Se você pede um trecho de 5 km... naquele trecho de 5 km... desse corredor gigantesco tem um trecho de um quarteirão que está com problema, a gente dá a LAI para aquele trecho, exceto... ele não vai mexer naquela área, enquanto não resolver o problema com áreas contaminadas. Entendeu? Então ele vai construindo aonde for possível. Onde não tem problemas, não tem empecilho nenhum. Chega naquele trecho, enquanto ele não remedia, isso é um processo aberto lá no GETAC, que os técnicos cuidam disso. Quando liberarem a área, vem para a gente a informação, então ele pode atuar naquele trecho. É assim que funciona o licenciamento.

Cons. Cristina Antunes: Certo. Obrigada pela explicação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Azzoni, queria a palavra? Tudo bem? Mais algum... Por gentileza, Conselheira.

Olga Maria Soares e Gross: Tudo bom? Eu sou a Olga Maria Soares e Gross. Sou da Câmara Técnica de Obras. Na verdade, eu não acompanhei essa última elaboração desse parecer, porque eu estava de férias. Mas está ok, está tudo bem. O meu comentário é mais conceitual. As pessoas, nós mesmos da Câmara Técnica, muitas vezes, a gente bota dúvidas a respeito: nossa, mas será que precisa tudo isso? Será que isso é ambiental, ou não é? Então, o que eu gostaria de fazer uma consideração aqui. Inclusive aproveitando a presença do senhor Secretário, que está há pouco tempo, e que... aliás, até elogiar muito a sua fala na nossa posse. Foi na última reunião, que foi muito emocionante. Foi de, praticamente, um estadista. Pessoa que está por dentro da situação. É o seguinte: eu acho que nenhum tipo de licença que é concedida a obras, e a intervenções, tem o privilégio de ter um Conselho, e de ter uma... todo um rito de autorização e licenciamento, como é a questão da Licença Ambiental. E é claro que muitas vezes eu paro para pensar, gente, mas são detalhes... Por exemplo, com relação à... Uma coisa que me incomoda muito é o volume de trabalho dos EIA/RIMAs. E que muitas vezes, não respondem totalmente àquilo que a gente precisa. Vocês podem ver. Não é? Foi feito um EIA/RIMA enorme, muito grande. O RIMA também, que é o relatório síntese também, foi bem feitinho. Dá para a gente ter uma ideia. Se faz estudos até da arqueologia de São Paulo inteira, no EIA/RIMA, e não responde, muitas vezes, às 72 questões que foram colocadas aqui. Não é? Eu até agradeço muito a manifestação da Cristina. Acho que veio muito a calhar. Agora, o que eu gostaria de falar é que se nós estamos nesta situação, de que nós do Conselho e todo o procedimento, o licenciamento ambiental, é tão complexo, é porque não existem outros Conselhos como os nossos. Não podiam existir Conselhos assim, grandes? Por exemplo, com relação à matéria adaptação, com relação a outras matérias. A matéria, por exemplo, da Saúde, que a gente está um pouco distante. Eu acredito que não existe um Conselho como o nosso. Então cai tudo aqui. Felizmente. Porque nós estamos aqui para estudar, para olhar, e para dar o melhor de nós. Então era isso que eu queria



dizer. Enfim, e outra coisa que eu já... Secretário, eu já fiz essa colocação, em uma das últimas reuniões. Eu acho que foi em novembro do ano passado, que eu fiz uma sugestão que foi o seguinte: que a gente pudesse acompanhar, no Conselho, o andamento do cumprimento das obrigações que estão no Parecer Técnico. Mas a resposta que eu tive, que eu achei bastante plausível, é que está se reforçando essa área dentro do DECONT, e que tudo será publicado na internet, esse andamento. Eu aceitei, eu achei que talvez seja isso. Porque a gente já... Não sei se a gente teria espaço para fazer tudo isso que eu tinha pensado, que era acompanhar o cumprimento das obrigações. Mas de qualquer forma, fica aqui a minha manifestação, o meu pedido, o meu depoimento, da importância da gente reforçar essa área dentro da Secretaria do Verde.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, o Presidente.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Bom, de novo, eu vou dar uma informação importante em função do que foi colocado aqui agora. Bom, o prefeito, ele tem tido uma iniciativa, que eu acho muito interessante... eu chamo de Mesa de Diálogo. É uma mesa muito parecida com essa, parecida no formato, inclusive, que fica sempre o prefeito presidindo, geralmente fica a Paula de um lado, eu do outro. E de um lado fica o Sindicato Patronal, as empresas privadas, e do outro lado, ficam os nossos funcionários. DECONT, os funcionários da LAO, DEPAVE 4, enfim, todos que dizem respeito à questão de licenciamento, e aprove. E aí se dá o seguinte diálogo aí nessa mesa. Que é importante colocar como é que está funcionando. Eu vou citar um exemplo: tem um processo que está, por hipótese, há dois meses, na mão do Cruz. E alguém levanta e fala: não, por que está lá com você, Cruz? Você está com algum problema, você ficou doente, ou você está inseguro para assinar alguma coisa? É assim mesmo que funciona. Não se trata de caçar bruxa, não é nada disso. É que muitas vezes, acabam se detectando alguns problemas que viram praticamente piada. O Cruz é um exemplo disso, que ele participa de quase todos. Ele está aqui de prova. Têm processos que precisam de sete assinaturas assim, de uma única pessoa. Vai e volta, vai e volta, vai e volta, sete vezes. Então são gargalos... Vamos identificando esses gargalos, eles terminam ali naquela mesa. E muitas vezes, o prefeito assina decreto nessa mesa. Ele já assinou... Eu perdi a conta do número de decretos. Que é para tirar o entulho da frente, mesmo. Falamos bom... aí como os técnicos estão presentes, fala: e esse tipo de assunto? Resolve com decreto? Resolve. Então faça a minuta. E na próxima reunião, ele já assina. E assim vai. Então isso, a gente tem conseguido uma velocidade bastante interessante em relação aos projetos. Não só de licenciamento, como de aprovação no geral. Que ficam todos na mesma mesa. Inclusive, SMT tem assento também em função da questão do polo gerador, e tudo. Então é um momento que tem um diálogo para resolver. Para sair desses gargalos que evidente que



ainda tem mesmo. E são muitos. E eu creio que a Secretaria, em especial o DECONT, tem avançado bastante nessa velocidade de aprovação. Agora, tem muito o que fazer. Nós perdemos 16 funcionários nesse curto período de final do ano para cá. Então precisa repor. Não é fácil repor funcionário na prefeitura, porque ou é por concurso público, ou é comissionado. Os salários são baixíssimos. Muito difícil de arrumar gente com capacidade, pessoas com capacidade para tocar um DECONT, e essa importância que ele tem. Em relação às exigências, EIA/RIMAs são verdadeiras teses de doutorado. Eu vou citar aqui uma, até para a gente relaxar um pouco. Eu participei bastante do EIA/RIMA da dragagem de aprofundamento do porto de Santos. Eu me lembro que na última audiência pública foram cerca de 1200 pessoas. E eu fui para lá, para a CODESP na época, para acompanhamento deste EIA/RIMA para que desse cabo até o fim. E eu me lembro que esse EARRIMA, ele foi de caminhãozinho para lá. É verdade. Não é uma piada isso. Que ele foi elaborado no Rio de Janeiro. Que também para minha surpresa, quem de fato executou, elaborou o EIA/RIMA em 90% foi a Marinha do Brasil. Foi uma surpresa que têm técnicos incríveis, de altíssima capacidade nesta área. E foram eles que chegaram no resultado final e elaboraram o EIA/RIMA. Por isso que veio de caminhãozinho mesmo. Que veio do Rio de Janeiro. Então é isso mesmo. Eu acho que... Mas têm algumas obras, alguns investimentos, que eu acho que não tem como fugir muito disso, não. Agora, eu acho que poderia, assim, essa observação de SMT, ela é pertinente. E o local para fazer esse debate é essa mesa de diálogos. Isso que eu queria dizer. Eu acho que pode ser criado sim, um fluxo. Pensar em um fluxo. Quando você larga um problema desse tipo para a mesa de diálogos, geralmente o prefeito, ele aponta um ou dois, ou três técnicos, que saiam dali, e vão se reunir para apresentar uma proposta depois. Eu acho que este é o caso. Evidente que tem a questão do solo, tem a questão, às vezes, do ar, tem o polo gerador, que é o... Talvez, na prévia... Acho que uma coisa boa para isso é que eu já participei disso em outras prefeituras, é você fazer uma consulta prévia. Eu acho que na consulta prévia, você acaba dando as linhas para onde vai o processo paralelamente. Se tem um problema com o SMT, bom, então você vai até o SMT. Mas já na prévia. Para quando ele entrar, de fato, um pedido de licenciamento efetivo, ele já tem todas essas informações. Porque o que ocorre é muito ruim mesmo, e você tem razão, (incompreensível), porque quando o processo entra... vou citar um exemplo. Você falou da questão do sítio arqueológico. Bom, dá entrada oficialmente. Passa pelo Cruz. Aí o Cruz vai encaminhar para a Cultura. Agora, só nesse processo, só de ir para DECONT, para a Cultura, com certeza perde mais duas semanas. A gente sabe que é assim. Ele protocola. Aí, quem cuida do protocolo está doente. Ou ele está de férias. Aí o outro não sabe achar o processo. O mundo real é esse. E muitas vezes, ele se perde até no caminho. Ah, mas cadê o processo? Ele está em uma gavetinha lá, um móvel, que esqueceu. É verdade. Isso ocorre. Então me parece que vale uma sugestão, uma sugestão não, eu também vou fazer essa observação



nessa mesa de diálogo, para que a gente debata um pouco sobre isso. Antes eu vou conversar com os nossos técnicos para que eles também me balizem para já ir para essa reunião com proposta. Mas me parece que uma alternativa é essa. Consulta prévia. Eu acho que resolve e muito. Pelo menos não 100%, mas eu acho que já dá um fôlego aí, para acelerar o processo. É porque no passado, eu... sem querer fazer juízo de direito, mas esse tipo de licenciamento, esse tipo de aprovação, ele funcionava para outras coisas. Ou seja, quanto mais difícil, melhor. A verdade era essa. Vamos combinar aqui. Então hoje, eu acho que é o contrário. É o que o Cruz colocou agora. A gente senta com a Saúde, senta com SMT, discute um formato, para que viabilize. As pessoas não estão lá para dar indeferimento e sair dando risada. Não é isso. Muito pelo contrário. É para ajudar os investidores. Sejam eles públicos ou privados, a terem uma aprovação a contento, e dentro da legislação. No rigor da lei. E eu acho que a gente tem muito que andar, ainda, nessa área. Mas se não tiver a colaboração de todos, não chegaremos a lugar nenhum.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Azzoni, com a palavra.

Cons. Alessandro Azzoni: Só um esclarecimento. Na questão das exigências onde nós estamos colocando aqui sobre as diversas áreas, é importante colocar que dentro do direito ambiental, nós temos a parte do meio ambiente cultural, que envolve toda essa parte do IPHAN, temos a parte do meio ambiente artificial, que é tudo que envolve dentro da cidade, artificial e o meio ambiente natural. Tanto que o estado de São Paulo, agora, eu estive em uma reunião com o TJ lá, e eles estão criando as varas ambientais, justamente para resolver esse problema. Tanto que a Câmara Recursal Ambiental já existe. Ou seja... Até teve um caso muito recente, que foi o caso das torcidas organizadas, que começou em uma vara cível, e o recurso caiu na Câmara Ambiental. Tanto que os advogados não sabiam como recorrer, porque os princípios do direito ambiental eram completamente diferentes. Então o estado de São Paulo vai ser o primeiro tribunal que vai ter as varas especializadas. Tanto na parte de... Vai ser dividido como direito ambiental cultural, a parte de urbanismo. E assim vai ser para justamente... Então, essa complexidade das nossas exigências, elas vão acabar, acho que até, sendo mais rígidas por causa dessas aberturas dessas novas Câmaras. Era só para dar um esclarecimento nesse sentido.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Reforçando o comentário da Olga, tem aqui uma exigência, a 63, que é apresentar o decreto de interesse social, em planta-escala compatível das áreas definidas para habitação de interesse social. Essas áreas são definidas pelo Plano Diretor Estratégico da cidade. E que está em vias de ser aprovado. Essa definição vai ser feita pela Câmara. Então um



empreendedor que, neste momento, apresente esse decreto de interesse das áreas definidas para habitação de interesse social, ele não tem... esse documento não vai ter validade daqui a alguns meses. Porque vai mudar o mapa da cidade. Então essa, eu concordo com o Zeca, é mais uma questão que não precisaria passar por esta Câmara. Primeiro que o pedido acaba inócuo. A solicitação acaba inócua. E segundo, como diz a Olga, apesar, Olga, de se achar que a gente realmente faz... e eu sei, a Câmara Técnica faz um trabalho extraordinário, talvez a gente devesse aproveitar para forçar a criação de outros fóruns para discutir isso. Na verdade, você dilui um pouco esse trabalho, mas você dá, a quem de direito, a quem tem essa competência, essa responsabilidade. E aí eu queria colocar só três pontos que eu acho que eu não entendo porque estariam aqui. O outro é a proposta de... O item 70, Zeca, a proposta de compensação para cada microbacia hidrográfica, que após a implantação do empreendimento, tenham balanço negativo de áreas permeáveis. Como eles vão fazer uma proposta para alguma coisa que não existe. Quer dizer, é uma especulação. É uma hipótese. Se houver bacias... Se houver uma ou duas bacias... microbacias que sejam afetadas, eles têm que ter, previamente... aliás, que apresentem um balanço negativo de áreas permeáveis. Eles teriam que ter um estudo hipotético, sobre hipóteses, previamente, porque essa hipótese pode não acontecer. Então me parece que é mais uma que eles vão dizer: não, isso daqui eu só posso fazer depois do projeto estar pronto. Portanto, não poderia ser uma exigência prévia. E a outra que eu queria só um esclarecimento é que a 74 diz: refazer e reapresentar o estudo da ave e fauna. Quer dizer que já foi apresentado um estudo de ave e fauna que não foi satisfatório, é isso?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Fale, Cláudio. Por gentileza. Depois o Conselheiro Eduardo, com a palavra.

Cons. Cláudio: Cláudio, do Licenciamento. Se foi pedido para refazer esse estudo, é que foi apresentada uma LAP, e o técnico considerou que ele não estava bem feito. Ele vai ter que reapresentar na fase de solicitação de LAI. Então como solicitar o relatório de LAI que é atendimento às exigências da LAP, o técnico vai reavaliar esse estudo, e se estiver ok, ele vai emitir a LAI. Então existe a possibilidade dele refazer esse estudo. Porque na fase de LAP, como eu falei, a gente aprova a localização e a concepção. É evidente que o projeto executivo não está detalhado, então alguns dados, alguns estudos... por isso que a gente pede o PBA. Como a gente pediu lá o Plano Básico Ambiental, o detalhamento dos estudos, que dá essa oportunidade para detalhar. Funciona assim no município, funciona assim na Cetesb, no Rio de Janeiro, em qualquer órgão ambiental, é assim que funciona na fase de LAI. Sobre a microbacia, sobre a impermeabilização, nessa fase de LAP, ele tem uma ideia de quanto ele está gerando de área impermeável. Então ele está pavimentando, ou ele vai ter algumas áreas que está em terra, ele



vai ter que fazer pavimento, alguma coisa. Na hora do detalhamento do projeto executivo, fase de LAI, ele vai ter essa quantificação exata. Então, o que a gente pede? Porque esses problemas de enchentes que a gente tem em São Paulo em bacias. Se você está gerando áreas impermeáveis, você precisa dar uma proposta para a gente, de criação de áreas permeáveis. Então propõe fazer uma praça. Eu proponho desimpermeabilizar uma área em tal local. As áreas remanescentes de desapropriação que vão existir, também podem ser feitas para criação de áreas permeáveis. É essa quantificação, é esse balanço que a gente pede, que é fase de LAI. Quando ele entrar com o relatório de solicitação de LAI, que ele vai atender essas exigências que você está falando, então ele vai ter que mostrar esse balanço. Então gerei tanto de área impermeável, agora eu posso criar tanto de áreas permeáveis. Se o balanço for mais ou menos consistente, a gente aceita. O que não pode é ele gerar áreas impermeáveis e não contrabalancear. É isso que a gente fala. Só que (incompreensível) da cultura, da arqueologia, o problema maior está: a demora do IPHAN se manifestar. Porque essas manifestações já estão no IPHAN há 8, 9, 10 meses. E eles alegam: não tenho técnico. Não tenho isso. O governo federal, o Ibama, para resolver essa situação no governo federal, por causa dos órgãos de patrimônio, eles fizeram uma lei, um decreto, que eles dão um prazo de um mês para o órgão do patrimônio se manifestar. Se ele não se manifestar, eles continuam o licenciamento. Porque a partir do momento que você dá uma LAI e a gente não tem essa manifestação que está há 8 meses lá, em seguida eles vêm em cima da gente: vocês não me esperaram. Para a gente, bastaria, com o IPHAN... ter uma portaria que você faz a prospecção arqueológica, tudo isso. Para a gente, bastaria que o IPHAN, se eles não têm técnico, que viesse um documento dizendo: coloque um arqueólogo na fase de obras. Só isso bastaria para a gente. Nem isso eles fazem. Então eles enterram... é um problema grave que nós estamos tendo, que eles ficam 8, 9, 10 meses para fazer manifestação. Isso é um absurdo. Isso é um absurdo. Não pode acontecer isso. Porque enterra todo o atendimento às exigências. E a gente fica em saia-justa.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eduardo, por gentileza, com a palavra.

Cons. Eduardo: Eduardo, de SGM. Eu queria só fazer um registro, respondendo essa dúvida que pode pairar no ar. A questão das áreas de interesse social, o PDE. Na verdade, o PDE que está na Câmara para passar por segunda votação, já contempla todos os corredores previstos para a cidade de São Paulo. Os 150 km de corredores que é o projeto que é uma meta do prefeito, essa administração, de entregar até 2016, estão contemplados no PDE. Então tudo isso está seguro. Não é uma exigência vazia. Seguramente isso está previsto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Cristina.



Cons. Cristina Antunes: O que eu estava comentando é sobre HIS. As ZEIS não estão todas definidas. Há um debate ainda. O que vai entrar, o que não vai entrar. Eu sei que neste momento ainda estão em discussão. Portanto, não tem uma definição específica da ZEIS. Os corredores são... o mote principal desse projeto. São os corredores e as intervenções lindeiras aos corredores. Mas as áreas de ZEIS, que serão executadas, espera-se, às HIS, essas não estão definidas claramente. Até porque tem muita gente que está contestando a localização do que já está posto. Mas eu queria fazer uma pergunta com relação a isso. Quando ele vem, ele traz um novo projeto de ave e fauna ou ele traz uma justificativa? A gente volta um pouco naquela questão desse acompanhamento. O secretário saiu, mas eu vou depois falar para ele. Sem nenhuma crítica. Depois a gente fala com ele. Porque existem sim, obras executadas antes da remediação. Eu posso dar vários exemplos. Santo Amaro é uma região que tem muita área contaminada. Tinha muita indústria. Tem dezenas de empreendimentos que estão sendo erguidos sem a remediação. Portanto, inverte-se um pouco aí, a ordem dos fatores. Outra vez, eu agradeço os esclarecimentos com relação ao rito. E entendo que, com todas essas considerações que geram algumas providências que serão saudáveis para a emissão desse documento, eu acho que o documento é absolutamente adequado e ressalvado. As ressalvas estão feitas.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então, colocaremos em votação. Senhores Conselheiros que estão de acordo, permaneçam da maneira que estão. Votado por unanimidade. O secretário, ele foi atender o prefeito no telefone. Se ele quer fazer o encerramento ou se eu posso fazê-lo. Queria de antemão agradecer a todos os conselheiros e conselheiras, por mais uma vez estarmos reunidos aqui, com a mesa repleta, e discutindo sadiamente os assuntos que são pertinentes à cidade de São Paulo. Em nome do CADES, eu agradeço a todos. Vamos só esperar a resposta do secretário, aí nós daremos encerramento.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Bom, eu queria parabenizar vocês mais uma vez por estarem aqui nessa manhã...

Cons. Ivo: Desculpe. Queria fazer uma observação, que está se consolidando invasões em parques. Invasões em parques na nossa região, Itaquera. E é necessário tomar-se uma providência, dentro daquilo que nós falamos, e que estou recordando. Gostaria que fosse colocado para a próxima pauta, em pauta para a próxima reunião, que a gente vai trazer os dados, aonde e como está acontecendo, está bom?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu só pediria ao conselheiro que enviasse por e-mail, a solicitação, para que possamos retransmiti-la ao diretor do DEPAVE para demais providências. Obrigado.



Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Bom, desde já, parabenizar a todos por estarem aqui nessa manhã, para esse importante projeto para a cidade de São Paulo, que são os corredores. Outros virão. Nós temos uma lista lá, extensa. E a gente pretende que seja o mais breve possível, todo o processo. Para que a cidade possa receber essa carteira de projetos, e o governo possa decidir em função dos recursos, as prioridades, mas com eles já, aprovados. Não dá para ser como era antes. A prefeitura correndo um pouco sempre atrás. Dando volta. Então a ideia é aprovar uma grande quantidade de projetos, para que o governo tenha um conforto de decidir também, com a sociedade, em conjunto, as prioridades de governo. Então mais uma vez aqui, parabéns a todos, e aguardo todos em uma próxima reunião. Com certeza, para mais um projeto interessante. Que nesta mesa aqui, não vem projeto ruim para a cidade. Vêm só projetos bons. Mas que tem que ter sim, essas observações técnicas, sempre. Para que ele saia daqui, melhor do que entrou. Muito obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Damos por encerrada a 158ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, dia 21 de maio, 11h00. Muito obrigado a todos.

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
AMÉRICO YUKI KIKUTA
ANA MARIA MODOLO DIZ
ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
CARLOS CAVALCANTI DE ARAÚJO
CRISTINA ANTUNES
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA
EDUARDO MIKALOUSKAS
EDUARDO STOROPOLI
GEORGE DOI
HELGIS TORRES CRITÓFARO

IVO CARLOS VALENCIO
JOSÉ ANTONIO CRUZ
JOSÉ CARLOS ANDERSEN
MARIA CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER
MARIA LUCIA TANABE
MARIA ROSA PISANI
MAURO PEREIRA DE PAULA JUNIOR
MONICA DE SÃO THIAGO LOPES
OLGA MARIA SOARES E GROSS
ROBERTO CARLOS MARTINS
VIVIANE DE CAMARGO VALADARES

Conselheiros suplentes presentes:

CLAUDIO GURDOS / CRISTIANE LIMA CORTEZ / JOSÉ ULISSES BEZZERRA DE FRANÇA /
MARCELLA CARMONA WAHL R. MIGLIACCI

Conselheiros com justificativa de ausência:

ANGELA MARIA BRANCO / FÁTIMA CRISTINA PALMIERI

Coordenador Geral:

Luis Eduardo Peres Damasceno



Secretária Executiva:
Ocleres Harkot